



EDIÇÃO ESPECIAL

Conforme Parágrafo Único do Art. 4 do
Decreto 5.348/2005 de 16/06/2005.

SEMANÁRIO OFICIAL

João Pessoa, 04 de fevereiro de 2022 * nº ESPECIAL * Pág. 001/010

ATOS DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.961 DE 24 DE JANEIRO DE 2022

ALTERA O REGULAMENTO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - RCTM, APROVADO PELO DECRETO Nº 6.829, DE 11 DE MARÇO DE 2010, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso V, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, bem como pelo artigo 277, *caput*, da Lei Complementar Municipal nº 53, de 23 de dezembro de 2008;

DECRETA:

Art. 1º O Capítulo VIII-A do Subtítulo III do Título II do Livro Segundo do Regulamento do Código Tributário Municipal - RCTM, aprovado pelo Decreto nº 6.829, de 11 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO VIII-A DA DECLARAÇÃO DE CESSÕES E TRANSMISSÕES IMOBILIÁRIAS

Art. 512-A. Fica instituída a Declaração de Cessões e Transmissões Imobiliárias - DCTI como obrigação acessória exigível nas situações indicadas neste Capítulo.

§1º A DCTI deverá ser elaborada e transmitida eletronicamente em formatos, padrões e periodicidades definidos pela Secretaria da Receita Municipal.

§2º São sujeitos passivos da DCTI o notário e o oficial de registro; bem como o transmitente ou cedente, neste caso, para fins de exoneração da responsabilidade solidária, conforme prevista no §1º do artigo 504 deste Regulamento.

§3º O notário ou oficial de registro deverá informar na DCTI todo ato lavrado, registrado ou averbado que implique em transmissão ou cessão de direitos sobre imóveis, ainda que não sujeito ao pagamento de ITBI por não-incidência, imunidade ou isenção.

§4º O transmitente ou cedente deve apresentar a DCTI antes da entrega da quitação ou da posse do imóvel ao adquirente ou cessionário, anexando cópia do respectivo instrumento em formato digitalizado.

§5º A prova de emissão de guia de ITBI relativa à transmissão ou cessão que seria objeto da DCTI, nos termos do parágrafo anterior, exonera o transmitente ou cedente da responsabilidade solidária.

§6º As informações obtidas por meio da DCTI também subsidiarão as ações e controles pertinentes aos demais tributos e receitas municipais relacionados ao Cadastro Imobiliário Fiscal.

§7º São aplicáveis à DCTI as multas previstas no Anexo II deste Regulamento, em face das condutas definidas nos artigos 58, I; 59, I e 61, V, todos do mesmo diploma legal."

Art. 2º Os oficiais de registro de imóveis deverão informar, em meio eletrônico, a posição atual dos imóveis matriculados em seus cadastros, a partir de dados a serem definidos pela Secretaria da Receita Municipal.

Art. 3º Os notários e oficiais de registro deverão informar, em meio eletrônico, os dados indicados no §3º do artigo 512-A, com a redação dada por este Decreto, em relação aos eventos ocorridos desde 1º de janeiro de 2018, em formato, padrão e cronograma definidos pela Secretaria da Receita Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 24 de janeiro de 2022.

CÍCERO LUCENA FILHO
Prefeito Municipal

SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Secretário da Receita Municipal



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 13C0-245D-024D-A18B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ SEBASTIÃO FEITOSA ALVES (CPF 131.XXX.XXX-72) em 03/02/2022 09:44:31 (GMT-03:00)
Papal: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/02/2022 07:08:19 (GMT-03:00)
Papal: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/13C0-245D-024D-A18B>

PORTARIA Nº. 0514

Em, 14 de janeiro de 2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 14.378 de 22 de dezembro de 2021, e tendo em vista o que consta do Memorando (interno) nº 6.911/2022

RESOLVE

I – Nomear ROOSEVELT DA SILVA ALBUQUERQUE, matrícula nº 95.315-6, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO, da SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

III – Publicada no Semanário Oficial Especial de 18 de janeiro de 2022. REPUBLICAR POR INCORREÇÃO.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N°. 0515

Em, 14 de janeiro de 2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 14.378 de 22 de dezembro de 2021 e tendo em vista o que consta do Memorando (interno) n° 6.911/2022

RESOLVE

I – Nomear **MARCELO JARDIM CARDOSO**, matrícula n° 95.317-2, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de **CHEFE DA DIVISÃO DE EMPREENDEDORISMO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, da SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

III – Publicada no Semanário Oficial Especial de 18 de janeiro de 2022. **REPUBLICAR POR INCORREÇÃO.**

CICERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: **BDFF-888A-B417-7E08**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CICERO DE LUCENA FILHO** (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/02/2022 07:05:52 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BDFF-888A-B417-7E08>

PORTARIA N°. 1345

Em, 14 de janeiro de 2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 14.378 de 22 de dezembro de 2021.

RESOLVE:

I – Nomear **ELLTON JOSE OLIVEIRA MARQUES**, matrícula n° 96.344-5, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de **ASSISTENTE TÉCNICO DE OUVIDORIA DA SECRETARIA EXECUTIVA DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

III – Publicada no Semanário Oficial Especial de 25.01.2022. (Republicada por incorreção)

CICERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: **7D5F-1EC9-76D2-195F**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CICERO DE LUCENA FILHO** (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/02/2022 07:02:22 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ **CICERO DE LUCENA FILHO** (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/02/2022 07:02:54 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/7D5F-1EC9-76D2-195F>



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: **Cícero de Lucena Filho**

Vice-Prefeito: **Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti**

Sec. de Gestão Governamental: **Diego Tavares de Albuquerque**

Secretaria de Administração: **Ariosvaldo de Andrade Alves**

Secretaria de Saúde: **Margareth de Fátima Formiga M. Diniz**

Secretaria de Educação: **Maria América Assis de Castro**

Secretaria de Planejamento: **José William Montenegro Leal**

Secretaria de Finanças: **Brunno Sítio Fialho de Oliveira**

Secretaria de Desenv. Social: **Felipe Matos Leitão**

Secretaria de Habitação: **Maria Socorro Gadelha**

Secretaria de Comunicação: **Marcos Vinícius Sales Nóbrega**

Controlad. Geral do Município: **Diego Fabrício C. de Albuquerque**

Secretaria de Direitos Humanos: **João Carvalho da C. Sobrinho**

Procuradoria Geral do Município: **Bruno Augusto A. da Nóbrega**

Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: **Rouger Xavier G.**

Secretaria da Receita: **Sebastião Feitosa Alves**

Secretaria da Infra Estrutura: **Rubens Falcão da Silva Neto**

Sec. de Trabalho, Produção e Renda: **Vaulene de Lima Rodrigues**

Sec. Juventude, Esporte e Recreação: **Kaio Márcio Ferreira Costa**

Secretaria de Turismo: **Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes**

Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: **Ivoneete Porfírio Martins**

Sec. de Desenvolvimento Urbano: **Antônio Fábio Soares Carneiro**

Sec. da Ciência e Tecnologia: **Edvaldo de Vasconcelos Vieira da Rocha**

Secretaria de Meio Ambiente: **Welison Araújo Silveira**

Sec. de Segurança Urbana e Cidadania: **João Almeida Carvalho Júnior**

Secretaria da Defesa Civil: **Kelson de Assis Chaves**

Suprertint. de Mobilidade Urbana: **George Ventura Moraes**

Autarq. Esp. Munic. de Limp. Urbana: **Ricardo Jose Veloso**

Instituto de Previdência do Munic.: **Caroline Ferreira Agra**

Fundação Cultural de João Pessoa: **Antônio Marcus Alves de Souza**

SEMANÁRIO OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - **Orleide Maria de O. Leão**
Designer Gráfico - **Emilson Cardoso e Tayame Uyara**

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental e Articulação Política - Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766
semanariojp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa
Criado pela Lei Municipal n° 617, de 21 de agosto de 1964
Impresso no Serviço de Reprodução Gráfica
Centro Administrativo Municipal
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br

PORTARIA N°. 1489

Em, 31 de janeiro de 2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 10.429/2005 e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Ofício n° 0064-PGM e Memorando n° 3622/2022.

RESOLVE:

I – Fazer retornar ao Regime Jurídico Único do Município (Estatutário), o servidor RONALDO MOREIRA DE MENDONÇA, matrícula n° 24.035-4, no cargo de GUARDA MUNICIPAL SUPLEMENTAR, com lotação na SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA E CIDADANIA, de acordo com o Processo Judicial n° 0000322-39.2018.5.13.0022.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CICERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 00F7-ADB0-0F18-31C5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CICERO DE LUCENA FILHO** (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/02/2022 07:04:03 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/00F7-ADB0-0F18-31C5>

PORTARIA N°. 1490

Em, 31 de janeiro de 2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 14.378 de 22 de dezembro de 2021, e tendo em vista o que consta no Memorando n° 8.726/2022

RESOLVE:

I – Nomear CLAUDIO MARQUES PICOOLI, matrícula n° 52057-8, para o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de ASSESSOR JURÍDICO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

CICERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N°. 1491

Em, 31 de janeiro de 2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 14.378 de 22 de dezembro de 2021, e tendo em vista o que consta no Memorando n° 8.726/2022

RESOLVE:

I – Exonerar NAYANNE MEDEIROS NÓBREGA, matrícula n° 97.606-7, do cargo em comissão, símbolo DAE-3 de CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

CICERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N°. 1492

Em, 31 de janeiro de 2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 14.378 de 22 de dezembro de 2021, e tendo em vista o que consta no Memorando n° 8.726/2022

RESOLVE:

I – Nomear NAYANNE MEDEIROS NÓBREGA, matrícula n° 97.606-7, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

CICERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N°. 1493

Em, 31 de janeiro de 2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 14.378 de 22 de dezembro de 2021, e tendo em vista o que consta no Memorando n° 8.726/2022

RESOLVE:

I – Exonerar EMERSON CALDAS DE ANDRADE, matrícula n° 79.881-9, do cargo em comissão, símbolo DAE-3 de CHEFE DA OUVIDORIA SETORIAL DA SAÚDE DA SECRETARIA EXECUTIVA DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

CICERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N°. 1494

Em, 31 de janeiro de 2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 14.378 de 22 de dezembro de 2021, e tendo em vista o que consta no Memorando n° 8.726/2022

RESOLVE:

I – Nomear EMERSON CALDAS DE ANDRADE, matrícula n° 79.881-9, do cargo em comissão, símbolo DAE-1 de OUVIDOR SETORIAL DA SAÚDE DA SECRETARIA EXECUTIVA DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

CICERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 7D5F-1EC9-76D2-195F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CICERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/02/2022 07:02:22 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ CICERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/02/2022 07:02:54 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/7D5F-1EC9-76D2-195F>

SEAD

PORTARIA N°. 50

Em, 31 de janeiro de 2022

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e tendo em vista o que consta do Memorando n° 7631/2022.

RESOLVE:

I - Conceder a remoção do servidor ARTHUR POMBO ALMEIDA, matrícula n° 101128-8, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, para a SECRETARIA DA SAÚDE, de acordo com § 1º artigo 56 da Lei n° 2.380 de 26 de março de 1979.

II - Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 27 de janeiro de 2022.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 9237-86F0-4C06-0BB1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 02/02/2022 15:08:46 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/9237-86F0-4C06-0BB1>

PORTARIA N°. 52

Em, 31 de janeiro de 2022

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e tendo em vista o que consta do Memorando n° 4698/2022.

RESOLVE:

I - Conceder a remoção do servidor SANDRA PAULA SOUZA DE ARAÚJO, matrícula n° 101062-1, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, para a SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E TRABALHO, de acordo com § 1º artigo 56 da Lei n° 2.380 de 26 de março de 1979.

II - Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 18 de janeiro de 2022.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 1FB7-F048-743B-AC27

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 02/02/2022 15:07:30 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1FB7-F048-743B-AC27>

PORTARIA N.º 053

Em, 31 de janeiro de 2022

O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência expressa nos Decretos n.ºs 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e 8926/2017, e modificações posteriores e tendo em vista o que consta do Ofício n.º 005/PMA-GP, de 18 de janeiro de 2022 e Protocolo n.º 7610/2022.

RESOLVE:

I – Determinar que MARIA RITA AIRES RIBEIRO, matrícula nº 0003059, servidora da Prefeitura Municipal de Aroeiras, ora à disposição desta Prefeitura, continue prestando serviço na SECRETARIA DA SAÚDE, até 31 de dezembro de 2022.

II - Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 580B-8448-AE91-4266

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 03/02/2022 12:18:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/580B-8448-AE91-4266>

PORTARIA Nº 054

Em, 3 de fevereiro de 2022

O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “f”, do Decreto n.º 4.771, de 20 de janeiro de 2003, artigo 19 da Lei Complementar n.º 59/2010 e tendo em vista o que consta do protocolo servidor n.º 6884/2022

RESOLVE: de acordo com o artigo 26, inciso I, da Lei Complementar n.º 59/10, conceder ao servidor NADIA DA SILVA XAVIER, matrícula nº 100454-1 lotado na SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, progressão funcional da classificação 1.17.7.1.6, para classificação 1.17.7.1.9.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 26 de janeiro de 2022.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 79C3-4F19-FC2D-8FD8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 03/02/2022 12:15:41 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/79C3-4F19-FC2D-8FD8>

SEDEC

PORTARIA n.º. 003/2022 – GAB/SEDEC João Pessoa, 28 de janeiro de 2022.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a **Comissão de Seleção dos Processos Seletivos Simplificados para professores e demais profissionais**, com a atribuição de atuar no desenvolvimento dos Programas, Projetos e Ações vinculados à modalidade da Educação de Jovens e Adultos, no âmbito desta Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º. A Comissão prevista nesta Portaria será composta pelos seguintes membros:

I - Maria do Socorro Arruda Diniz Pires - Mat. 95.306-1

II - Maria Oliveira de Moraes - Mat. 31.717-9

III - Erika Kella de Queiroz Balbino - Mat. 83.643-5

IV - Janini Idalina de Assis Bezerra - Mat. 43.291-1

V - Karolyne de Lima Nascimento - Mat. 70.060-6

VI - Adilsa Maria Gadelha Marques - Mat. 89.634-9

VII - Giselda Vieira M. Franco - Mat. 28.194-8

VIII - Ismael Xavier de Araujo - Mat. 59.868-2

IX - Maria Auxiliadora C. Dantas Reis - Mat. 25.407-0

X - Lucelia Magno Regis - Mat. 90.710-3

XI - Pennsylvania Carvalho da Cruz - Mat - 95.148-0

XII - Merellym Gomes Guerra – Mat - 60.066-1

XIII - Maria da Consolação Policarpo – Mat -25.832-1

Art. 3º. Os serviços prestados pelos membros desta comissão, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 62B9-E621-413E-BEA9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUCIANA DIAS (CPF 797.XXX.XXX-49) em 03/02/2022 16:08:15 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/62B9-E621-413E-BEA9>

PORTARIA n°. 004/2022 – GAB/SEDEC João Pessoa, 03 de fevereiro de 2022.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a **Comissão de elaboração de Editais para os Processos Seletivos Simplificados de professores e demais profissionais**, que atuarão no desenvolvimento dos Programas, Projetos e Ações vinculados à modalidade da Educação de Jovens e Adultos, no âmbito desta Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º. A Comissão prevista nesta Portaria será composta pelos seguintes membros:

- I - Cláudia Costa Duarte - Mat. 31.038-7;**
- II - Caroline Alves Montenegro - Mat. 96.192-2;**
- III - Maria Oliveira de Moraes - Mat. 31.717-9;**
- IV - Rafael Lima Albuquerque Brasileiro- Mat. 66.503-7.**

Art. 3º. Os serviços prestados pelos membros desta comissão, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 1761-AE05-BA01-2A13

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 03/02/2022 15:25:56 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/1761-AE05-BA01-2A13>

UEP

PORTARIA N° 02/2022-CG/UEP/SEGGOV

João Pessoa, 28 de janeiro de 2022.

DESIGNA FISCAIS DO CONTRATO N° 02.007/2021-UEP/SEGGOV.

O COORDENADOR GERAL DA UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, no exercício das competências que lhe foram conferidas pela Lei Municipal n° 13.676/2018, de acordo com o Contrato n° 02.007/2021-UEP/SEGGOV, seus anexos e apêndices, em consonância com a legislação que rege o Programa, resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais do Contrato n° 02.007/2021-UEP/SEGGOV, os servidores abaixo relacionados, os quais deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo, celebrado com o Consórcio Demacamp/Ânima, cujo objeto é a "ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO COMPLEXO BEIRA RIO - CBR", no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável:

- I – **Juliana Martins de Medeiros Nunes**, matrícula 90.291-8, Presidente;
- II – **Lucema Leandro de Oliveira**, matrícula 94.942-6, membro;
- III – **Michele Belmont Costa Caiaffa de Almeida**, matrícula 74.624-0, membro;
- IV – **Pietro Romário de Brito Medeiros Moraes**, matrícula 95.049-1, membro;
- V – **Tamara Maia Gurgel**, matrícula 76.833-2, membro.

Art. 2º - São competências do Fiscal do Contrato aquelas previstas nas cláusulas do Contrato Administrativo, seus anexos e apêndices, sem prejuízo daquelas atribuições previstas na legislação que rege o contrato, cabendo-lhe ainda:

I – Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações sobre a boa execução do contrato, proativamente;

II – Apropriar-se dos conhecimentos necessários sobre os documentos que regem o contrato (termo de referência, edital, instrumento contratual, entre outros); assim como zelar pelo adequado cumprimento das normas que o disciplinam;

III – Avaliar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento de suas cláusulas e condições; registrando e comunicando ao gestor do contrato as ocorrências verificadas, com a devida antecedência, a fim de que haja tempo hábil para a adoção das medidas administrativas necessárias;

IV – Conferir a regularidade as notas fiscais/faturas/demais documentos típicos da prestação do serviço e execução do contrato administrativo e, após a fiel comprovação das despesas e prestação dos serviços contratados de acordo com as quantidades, qualidade, tempo e modo contratados, atestá-las e enviá-las ao Gestor do Contrato, juntamente com a documentação exigida no contrato, para ratificação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria n° 24/2021-CG/UEP/SEGGOV.

Art. 4º - Esta portaria produz efeitos a partir da data em que foi expedida.

Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros
Coordenador Geral da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável

PORTARIA N° 03/2022-CG/UEP/SEGGOV

João Pessoa, 03 de fevereiro de 2022.

DESIGNA FISCAIS DO CONTRATO N° 02.010/2021-UEP/SEGGOV.

O COORDENADOR GERAL DA UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, no exercício das competências que lhe foram conferidas pela Lei Municipal n° 13.676/2018, de acordo com o Contrato n° 02.010/2021-UEP/SEGGOV, seus anexos e apêndices, em consonância com a legislação que rege o Programa, resolve:

Art. 1° - Designar como Fiscais do Contrato n° 02.010/2021-UEP/SEGGOV, os servidores abaixo relacionados, os quais deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo, celebrado com o Consórcio Engeconsult - Tecgeo, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE INFRAESTRUTURA DO COMPLEXO BEIRA RIO - CBR", no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável:

- I - Nidja de Almeida Brito Lemos, matrícula 11.966-1, Presidente;
- II - Thibério Albuquerque de Carvalho Camara, matrícula 96.393-3, membro;
- III - Luciano Dantas Gonçalves, matrícula 87.239-3, membro;
- IV - Rodolfo Marques Gadelha Rodrigues, matrícula n° 95.327-0, membro.

Art. 2° - São competências do Fiscal do Contrato aquelas previstas nas cláusulas do Contrato Administrativo, seus anexos e apêndices, sem prejuízo daquelas atribuições previstas na legislação que rege o contrato, cabendo-lhe ainda:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações sobre a boa execução do contrato, proativamente;

II - Apropriar-se dos conhecimentos necessários sobre os documentos que regem o contrato (termo de referência, edital, instrumento contratual, entre outros); assim como zelar pelo adequado cumprimento das normas que o disciplinam;

III - Avaliar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento de suas cláusulas e condições; registrando e comunicando ao gestor do contrato as ocorrências verificadas, com a devida antecedência, a fim de que haja tempo hábil para a adoção das medidas administrativas necessárias;

IV - Conferir a regularidade as notas fiscais/faturas/demais documentos típicos da prestação do serviço e execução do contrato administrativo e, após a fiel comprovação das despesas e prestação dos serviços contratados de acordo com as quantidades, qualidade, tempo e modo contratados, atestá-las e enviá-las ao Gestor do Contrato, juntamente com a documentação exigida no contrato, para ratificação.

Art. 3° Fica revogada a Portaria n° 015/2021-CG/UEP/SEGGOV.

Art. 4° - Esta portaria produz efeitos a partir da data em que foi expedida.

Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros
Coordenador Geral da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável

PORTARIA N° 04/2022-CG/UEP/SEGGOV

João Pessoa, 03 de fevereiro de 2022.

DESIGNA FISCAIS DO CONTRATO N° 02.011/2021-UEP/SEGGOV.

O COORDENADOR GERAL DA UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, no exercício das competências que lhe foram conferidas pela Lei Municipal n° 13.676/2018, de acordo com o Contrato n° 02.011/2021-UEP/SEGGOV, seus anexos e apêndices, em consonância com a legislação que rege o Programa, resolve:

Art. 1° - Designar como Fiscais do Contrato n° 02.011/2021-UEP/SEGGOV, os servidores abaixo relacionados, os quais deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo, celebrado com a Taddei, JW Urbana e Setec Hidro Brasileira, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO COMPLEXO BEIRA RIO - CBR", no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável:

- I - Isabela de Oliveira Lima Queiroga, matrícula 93.308-2, Presidente;
- II - Rodolfo Marques Gadelha Rodrigues, matrícula 95.327-0;
- III - Michele Belmont Costa Caiaffo de Almeida, matrícula 74.624-0, membro.

Art. 2° - São competências do Fiscal do Contrato aquelas previstas nas cláusulas do Contrato Administrativo, seus anexos e apêndices, sem prejuízo daquelas atribuições previstas na legislação que rege o contrato, cabendo-lhe ainda:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações sobre a boa execução do contrato, proativamente;

II - Apropriar-se dos conhecimentos necessários sobre os documentos que regem o contrato (termo de referência, edital, instrumento contratual, entre outros); assim como zelar pelo adequado cumprimento das normas que o disciplinam;

III - Avaliar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento de suas cláusulas e condições; registrando e comunicando ao gestor do contrato as ocorrências verificadas, com a devida antecedência, a fim de que haja tempo hábil para a adoção das medidas administrativas necessárias;

IV - Conferir a regularidade as notas fiscais/faturas/demais documentos típicos da prestação do serviço e execução do contrato administrativo e, após a fiel comprovação das despesas e prestação dos serviços contratados de acordo com as quantidades, qualidade, tempo e modo contratados, atestá-las e enviá-las ao Gestor do Contrato, juntamente com a documentação exigida no contrato, para ratificação.

Art. 3° Fica revogada a Portaria n° 013/2021-CG/UEP/SEGGOV.

Art. 4° - Esta portaria produz efeitos a partir da data em que foi expedida.

Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros
Coordenador Geral da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3134-04A9-E66F-329D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTONIO DE FÁTIMA ELIZEU DE MEDEIROS (CPF 112.XXX.XXX-00) em 03/02/2022 12:00:12 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/3134-04A9-E66F-329D>

EMLUR

PORTARIA N° 008/2022

O SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - EMLUR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 8° e 34, Parágrafo Único, do Decreto n° 2.242, de 10 de fevereiro de 1992, combinado com a Lei Municipal 10.429/2005, resolve

NOMEAR MÁRCIA PORTO DA SILVA, para exercer em Comissão, o Cargo de Chefe de Setor de Fiscalização, Símbolo DAÍ-2, do Quadro de Servidores desta Autarquia.

EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana, em 01 de Fevereiro de 2022.

Dê-se conhecimento.

Ricardo José Veloso
Superintendente

PORTARIA N° 009/2022

O SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - EMLUR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 8° e 34, Parágrafo Único, do Decreto n° 2.242, de 10 de fevereiro de 1992, combinado com a Lei Municipal 10.429/2005, resolve

NOMEAR LUCAS NÓBREGA DE MENEZES, para exercer em Comissão, o Cargo de Chefe de Setor de Fiscalização, Símbolo DAÍ-2, do Quadro de Servidores desta Autarquia.

EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana, em 01 de Fevereiro de 2022.

Dê-se conhecimento.

Ricardo José Veloso
Superintendente



<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/39EB-D5A8-5871-9687>

07	1	367302	UND	Aparelho de Anestesia	COMEN	52.180,00	52.180,00
Aparelho de Anestesia Equipamento microprocessado para atender pacientes neonatais, pediátricos, adultos e obesos mórbitos. Estrutura em material não oxidante; Com prateleira para suporte de monitores; Gavetas e mesa de trabalho; Com rodízios giratórios, sendo no mínimo 02 com travas. Com sistema de autoteste ao ligar o equipamento com detecções de erros, falhas de funcionamento, etc. Com sensor de fluxo único universal para pacientes adultos a neonatos; Com possibilidade do uso de sensor de fluxo autoclavável. Válvulas para controle de fluxo e pressão com sistema de segurança para proteger o paciente de pressão e fluxos inadequados. Rotômetro composto por fluxômetro com escalas para alto e baixo fluxo de pelo menos para oxigênio (O2) e óxido nítrico (N2O), podendo ser uma única para ar comprimido ou com monitoração digital com entrada para oxigênio (O2), ar comprimido e óxido nítrico (N2O). Sistema de segurança para interromper automaticamente o fluxo de N2O, na ausência de O2; Vaporizador do tipo calibrado de engate rápido, permitir acoplamento de 02 vaporizadores e com sistema de segurança para o agente selecionado (se ofertado sistema que permite o acoplamento para 01 vaporizador, deverá ser entregue suporte para acoplar o segundo vaporizador). Sistema de circuito paciente de rápida montagem e desmontagem pelo operador e passível de esterilização; Traquéias, válvulas, circuitos respiratórios, canister e sistema de entrega de volume, autoclaváveis; Canister para armazenagem de cal sodada; Possibilidade de sistema de exaustão de gases; Válvula APL graduada; Ventilador eletrônico microprocessado, com display LCD com tela colorida. Modos Ventilatórios mínimos: Ventilação manual; Ventilação com respiração espontânea sem resistência do ventilador; Ventilação controlada a volume e ciclada a tempo (VCV); Ventilação controlada a pressão e ciclada a tempo (PCV); Ventilação mandatória intermitente sincronizada (SIMV). Controles Ventilatórios mínimos: Volume corrente; Pressão; Frequência respiratória; Relação I:E; Pausa inspiratória; Peep. Alarmes de alta e baixa pressão de vias aéreas; Apnéia; Volume minuto alto e baixo; Alto e baixo FIO2; Falha de energia elétrica. Monitoração numérica de pressão de pico, média, peep e gráfica da pressão das vias aéreas; Monitoração de frequência respiratória, volume corrente, volume minuto e fração inspiratória. Alimentação elétrica bivolt automático e bateria interna com autonomia de pelo menos 30 minutos. Deverá acompanhar o equipamento, no mínimo: 02 circuitos para pacientes, sendo 01 tamanho adulto e 01 tamanho infantil, autoclaváveis. 01 balão para ventilação manual adulto, 01 balão para ventilação manual infantil. 01 vaporizador calibrado de Sevoflurano; 04 sensores de fluxo; 03 mangueiras de no mínimo 4,5 metros, sendo uma para oxigênio, uma para óxido nítrico e uma para ar comprimido e demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento.							
Valor Total						R\$ 123.580,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.003/2022
 Empresa: PESENTI & PELAIS LTDA-EPP
 CNPJ: 02.776.642/0001-02

Itens	Quant.	Catmat	Und.	Descrição	Marca/Fabricante	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
06	10	441984	UND	Oxímetro de Pulso	GENERAL/MEDTECH	1.200,00	12.000,00
Oxímetro de Pulso: Oxímetro, tipo: mão, faixa medição saturação 1: 0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 bpm, autonomia sistema 1: cerca 16 h, alimentação: pilha, acessórios: c. sensor, características adicionais 1: c. bolsa.							
Informações complementares: Equipamento destinado ao monitoramento do SpO2, deve possuir tamanho compacto que o torna extremamente adequado para verificações pontuais e ambulatoriais, deve informar saturação do Oxigênio (SpO2), plestimografia, frequência de pulso (FP) e intensidade do sinal da frequência de pulso (Índice de perfusão), deve possuir modo de operação contínuo, deve ter display LCD com Back light, medição e apresentação simultâneas do valor de SpO2, forma de onda plestimográfica, frequência de pulso e intensidade do sinal de frequência de pulso, deve possibilitar a seleção de tipo de pacientes entre Adulto / Pediátrico; Neonatal, deve ter desligamento automático para economia de energia após 10 minutos ocioso, deve possuir gráfico e tabela de tendência de SpO2 e FP dos últimos 10 minutos, deve ter capacidade de armazenamento de até 100 pacientes e 300hs de dados, deve possuir alarme visual e sonoro com ajuste de tom e ajuste de máximo e mínimo para todos parâmetros, deve possibilitar classificação de alarmes nível alto, nível médio, ajuste do volume de pulso: 5 níveis de sensibilidade, baixa, média, alta, modos de operação: forma de onda, numérico. Deve ter indicadores para sensor desconectado e solto, status da bateria, sinal fraco, exibe a amplitude de pulso (Índice de perfusão), armazenamento de dados; Memória insuficiente; Alarme desligado, armazenamento de dados; Identificação do paciente: Tipo de paciente. SPO2 deve ter faixa de Medida: 0 a 100%, faixa de alarme 0 a 100%, resolução 1%, exatidão ou precisão: 70 a 100%: ±2% (Adulto e Pediátrico), ±3% (Neonatal), Frequência de Pulso (FP), faixa de Medida 25 a 300 bpm, faixa de alarme: 0 a 300 bpm, resolução: 1 bpm, exatidão ou precisão: ±2 bpm, atualização dos dados: 1 segundo. Deve acompanhar os seguintes acessórios: 01 (um) Sensor reutilizável SpO2 Adulto, 01 (um) Sensor reutilizável SpO2 infantil Y, 01 base carregadora para acomodação em mesa, 01 (uma) Bolsa para transporte; 01 (um) Manual do usuário em português.							
08	5	454905	UND	DETECTOR FETAL	MD/FD-200B	370,000	1.850,00
DETECTOR FETAL: Detector fetal, tipo: portátil, ajuste: ajuste digital e tela gráfica, material: gabinete plástico, tipo de análise: auscultação bcf, fluxo sanguíneo placenta e cordão, faixa medição: bcf até cerca 200 bpm, frequência: até cerca 2.2 mhz, fonte alimentação: à bateria, componentes: c, alto falante, transdutor, outros componentes: entrada auxiliar.							
15	1	454855	UND	Cardiotocógrafo	GENERAL/MEDTECH	7.400,00	7.400,00

Cardiotocógrafo

Cardiotocógrafo, modelo: p, feto único, ajuste: painel controle digital c, tela gráfica, componente 1: 1 transdutor contração uterina materna toco, componente 2: 1 transdutor us - frequência cardíaca fetal, componente 3: 1 marcador movimento fetal, componente 4: c, cintas, outros componentes: c, impressora integrada, adicionais: c, memória interna.

Exigências complementares:

Equipamento para detecção, indicação e monitorização das condições fetais por medidas e registro contínuos dos batimentos cardíacos fetais gemelar (BCF), dos movimentos fetais (FM) e da contratilidade uterina materna (CUM), configuração física: equipamento não esterilizável. Tipo de montagem: tipo móvel. Princípio de funcionamento: sistema de ultrassom, para exames. Capacidade nominal: NSA dimensões físicas: NSA. Parâmetros exigidos: Portátil e digital e microprocessador. Indicação dos parâmetros simultaneamente de BCF1, BCF para monitorização das condições fetais por medidas e registros contínuos da frequência, CUM (na faixa 30-240 bpm/bcf e 0-99mmhg/CUM) em displays numéricos independentes. Possui técnica de auto correção ou correção cruzada. Frequência dos batimentos cardíaco fetal selecionável em limites inferior e superior. Imprimir os registros gráficos dos parâmetros BCF1, BCF frequência cardíaca fetal (FCF), dos movimentos corpóreos fetais (MCF) e da contratilidade uterina materna, CUM e FM. Impressora térmica acoplada ao equipamento, além da função de alimentação de papel, velocidade de impressão: 10 20,30mm/min., contrate de impressão: 1,2,3 passos, programação de período de impressão quando perde o sinal do batimento cardíaco fetal e ainda, zoom do registro gráfico. Possui saída serial RS232 para central de monitoração. Registro de data e hora automaticamente pelo aparelho em papel. Necessário kit para avaliação gemelar simultânea. Capacidade de armazenamento de dados até 10 exames sistemas e dispositivos de controle: painel eletrônico em LCD ou LED sistema e dispositivos de alarme: alarme sonoro e visual para transdutor desconectado, falta de papel sistemas de apresentação de dados: impressão e visual exatidão: NSA. Precisão: NSA sensibilidade: NSA resolução: NSA. Saldas e entradas: NSA. ACESSÓRIOS: Carrinho de transporte. Uma sonda Doppler e duas sondas UC. 05 blocos de papel termo sensível. Dois tubos de gel. CARACTERÍSTICAS DE CONSTRUÇÃO: Estrutura plástica alto resistente sistemas de dispositivos de segurança: NSA. Alimentação: tensão de alimentação: 220 VAC. Frequência de alimentação: 60 HZ. 01 cabo de alimentação de 03 condutores com terra. Equipamento deve possuir sistema de aterramento através do cabo de alimentação. Exigências técnicas e normativas: IEC 61010-1 - safety requirements for electrical equipment for measurement, control and laboratory use - part 1: general requirements

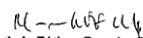
Valor Total R\$ 21.250,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.004/2022
 Empresa: M.T.M - EGOPEL EMPRESA GOIANA DE PAPEL LTDA-ME
 CNPJ: 22.086.509/0001-31

Item	Quant.	Catmat	Und.	Descrição	Marca/Fabricante	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
14	2	421270	UND	Cama PPP manual	RUBMED/INALAMED	16.087,50	32.175,00
Cama PPP manual com apoio de pernas removível, apoio de coxas, calcanhar e dispositivo para coleta de líquidos. Base dividida em no mínimo 3 seções: dorso, assento, pernas e complemento da perna removível. Com rodízios e com grades na região do dorso, injetadas e com acabamento pintado em poliuretano ou similar. Capacidade mínima de 120 kg. Acompanha colchão compatível com as dimensões da cama.							
Valor Total						R\$ 32.175,00	

Perfazendo o valor global de R\$ 331.505,00 (trezentos e trinta e um mil e quinhentos e cinco reais), classificadas pelo critério de menor preço por item.

João Pessoa, 02 de Fevereiro de 2022.


 Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
 Secretária de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 093/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes nos autos do processo *suso*, referente à realização da Sindicância oriunda da Portaria nº 010/2022, publicada no Semanário Oficial do Município de João Pessoa nº 1824, de 09 a 15 de janeiro de 2022, cujo objetivo foi a apuração de responsabilidade oriunda de acidente ocorrido entre uma ambulância e um cavalo, com fins de averiguar possíveis irregularidades, HOMOLOGO o seu resultado, quanto ao ARQUIVAMENTO desses autos, diante da ausência de indícios de provas suficientes que justifiquem a culpabilidade do condutor da viatura, determinando, desde logo a sua publicação.

Cientifique-se os interessados.

João Pessoa, em 31 de janeiro de 2022.

Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
 Secretária de Saúde de João Pessoa/PB

Extrato Homologação Resultado Sindicância

Processo nº 093/2022

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, torna público, em cumprimento ao princípio constitucional da publicidade, o resultado da Comissão de Sindicância, oriunda da Portaria nº 010/2022, publicada no Semanário Oficial do Município de João Pessoa nº 1824, de 09 a 15 de janeiro de 2022, cujo objetivo foi a apuração de responsabilidade oriunda de acidente ocorrido entre uma ambulância e um cavalo, com fins de averiguar possíveis irregularidades. Após as reuniões, oitivas e diligências de apreciação dos documentos acostados aos autos, conclui-se pelo ARQUIVAMENTO do processo, diante da ausência de culpabilidade do condutor da viatura, e ausência de indícios de autoria, posto que não existe indícios de provas suficientes que justifiquem a indicação do responsável pelo acidente.

João Pessoa, em 31 de janeiro de 2022.

Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
 Secretária de Saúde de João Pessoa/PB



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 2CD0-29D4-4AA3-983E

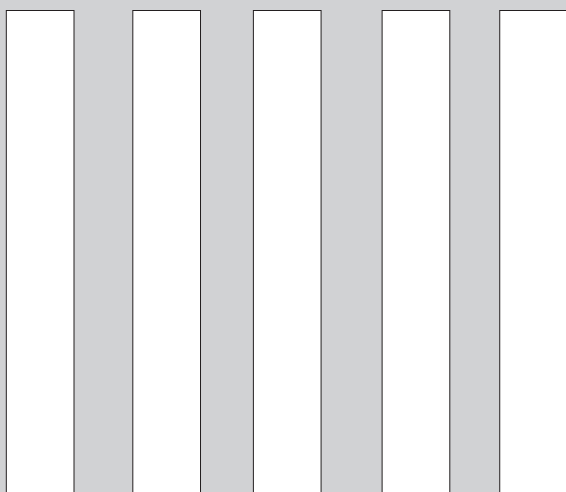
Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARGARETH DE FATIMA FORMIGA MELO DINIZ (CPF 323.XXX.XXX-20) em 02/02/2022 08:01:14
(GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2CD0-29D4-4AA3-983E>

**RESPEITE A FAIXA
DE PEDESTRE**



FAÇA SUA PARTE

**JOÃO PESSOA
JÁ ESTÁ SE
ORGULHANDO**

**CIDADE COM
SOM ALTO,
EDUCAÇÃO
LÁ EMBAIXO.**

SEJA SEMPRE EDUCADO.

Em casa, na rua, na praia, no trânsito,
no barzinho ou em qualquer lugar,
poluição sonora não é legal.
Ela prejudica a nossa saúde,
o meio ambiente e é crime.

SE PRECISAR, DENUNCIE.
3218-9208

